

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ALUPAR INVESTIMENTO S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Av. Dr. Cardoso de Melo, 1.855, Bloco 1, 9º Andar, Sala A, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.364.948/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

(b) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, bloco 13, grupo 205 – Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

e, na qualidade de interveniente garantidora,

(c) **GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, Bloco I, 4º andar, conjunto 52, inscrita no CNPJ/MF n.º 07.709.106/0001-08, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Garantidora");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Alupar Investimentos S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 10 de agosto de 2009 ("RCA") na qual fo-

ram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada pelas Leis n.º 9.457 de 5 de maio de 1997 e 10.303 de 31 de outubro de 2001 ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. A prestação da garantia pessoal pela Garantidora nos termos desta Escritura de Emissão foi celebrada de acordo com a Reunião de Sócios da Garantidora, realizada em 10 de agosto de 2009 ("RS da Garantidora"), nos termos e sob a forma estabelecidos no Contrato Social da Garantidora, a qual será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP").

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da RCA

A ata da RCA que deliberou a Emissão será arquivada na JUCESP e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (ii) jornal Valor Econômico.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro da Fiança da Garantidora

Em virtude da fiança a que se refere o item 4.16 abaixo, a ser prestada pela Garantidora em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura de Emissão será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos nas Cidades de: (i) São Paulo, Estado de São Paulo; e (ii) Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2.5. Registro para Colocação

2.5.1 As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), e no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito no item 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

A Emissão será realizada em 4 (quatro) Séries (cada uma, uma "Série").

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$ 150.460.000,00 (cento e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta mil reais) na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"), conforme a seguir:

- (i) O valor total das Debêntures da 1ª Série, conforme abaixo definido, é de R\$ 90.460.000,00 (noventa milhões, quatrocentos e sessenta mil reais) na Data de Emissão;
- (ii) O valor total das Debêntures da 2ª Série, conforme abaixo definido, é de R\$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais) na Data de Emissão;
- (iii) O valor total das Debêntures da 3ª Série, conforme abaixo definido, é de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) na Data de Emissão; e
- (iv) O valor total das Debêntures da 4ª Série, conforme abaixo definido, é de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) na Data de Emissão.

3.3. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 15.046 (quinze mil e quarenta e seis) Debêntures, as quais serão divididas entre as Séries da seguinte forma:

- (i) 9.046 (nove mil e quarenta e seis) Debêntures na primeira Série ("Debêntures da 1ª Série");
- (ii) 2.250 (duas mil duzentas e cinquenta) Debêntures na segunda Série ("Debêntures da 2ª Série");
- (iii) 3.000 (três mil) Debêntures na terceira Série ("Debêntures da 3ª Série"); e
- (iv) 750 (setecentas e cinquenta) Debêntures na quarta Série ("Debêntures da 4ª Série", e, quando em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, as Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série, denominadas simplesmente como "Debêntures").

3.4. Destinação de Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao pagamento dos seguintes mútuos celebrados com a Garantidora ("Mútuos"):

- (i) Contrato de Abertura de Crédito Recíproco – Mútuo I, celebrado em 26 de dezembro de 2008, conforme posteriormente aditado em 29 de dezembro de 2008, entre a Garantidora e a Emissora, por meio do qual a Emissora contraiu mútuo no valor de principal de R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais) e com prazo de 12 meses, contados da data da assinatura do referido contrato, com renovação automática; e
- (ii) Contrato de Abertura de Crédito Recíproco – Mútuo C0001-09, celebrado em 29 de dezembro de 2008, conforme posteriormente aditado em 2 de março de 2009, entre a Garantidora e a Emissora, por meio do qual a Emissora contraiu mútuo no valor de principal de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) e com prazo de 12 meses, contados da data da assinatura do referido contrato, com renovação automática.

Após o pagamento dos Mútuos, os recursos remanescentes serão utilizados para financiamento de capital de giro da Emissora.

3.5. Limite da Emissão

A 1ª Emissão atende ao limite estabelecido no caput do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, pois o Valor Total da Emissão não ultrapassa o valor do capital social da Emissora que, na data desta Escritura de Emissão, totalizava R\$ 404.001.000,00 (quatrocentos e quatro milhões e um mil reais).

3.6. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a 1ª emissão pública de debêntures da Emissora.

3.7. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário da presente Emissão será o Banco Itaú S.A. ("Banco Mandatário") e o agente escriturador das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A. ("Agente Escriturador").

3.8. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de melhores esforços de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Oferta Restrita" e "Coordenador Líder", respectivamente), em conjunto com o Banco ABC Brasil S.A., Banco Votorantim S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A. (em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores").

4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.1.3. O público alvo da Oferta Restrita serão investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

4.1.3.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita descrita na presente Cláusula: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão (cada uma, uma "Data de Emissão") das Debêntures será, para as Debêntures de cada uma das Séries, a data da primeira subscrição e integralização de Debêntures da respectiva Série.

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures de cada uma das Séries (cada um, um "Valor Nominal Unitário"), nas respectivas Datas de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

4.4. Forma e Conversibilidade

4.4.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautela e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, o Agente Escriurador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as debêntures custodiadas no SND – Módulo Nacional de Debêntures o extrato em nome dos titulares das Debêntures emitido pela CETIP.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirografária e contarão com a garantia referida no item 4.16 abaixo.

4.6. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, que deverá ocorrer em um mesmo dia útil para todas as Séries, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, por seu Valor Nominal Unitário ou pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido) entre a Data de Emissão e a data da efetiva subscrição e integralização, caso não coincidentes.

4.7. Data de Vencimento

As Debêntures de cada uma das Séries terão as seguintes datas de vencimento (cada uma, uma "Data de Vencimento"):

- (a) As Debêntures da 1ª Série vencerão em 27 de outubro de 2011;
- (b) As Debêntures da 2ª Série vencerão em 24 de outubro de 2011;
- (c) As Debêntures da 3ª Série vencerão em 24 de outubro de 2011; e
- (d) As Debêntures da 4ª Série vencerão em 27 de setembro de 2011.

4.8. Amortização

A amortização das Debêntures será realizada da seguinte forma:

- (a) O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado em 9 (nove) parcelas, da seguinte forma: (i) 4,6318% (quatro inteiros e seis mil, trezentos e dezoito décimos de milésimo por cento) em 30 de abril de 2010; (ii) 12,3701% (doze inteiros e três mil, setecentos e um décimos de milésimo por cento) em 30 de junho de 2010; (iii) 21,1475% (vinte e um inteiros e mil quatrocentos e setenta e cinco décimos de milésimo por cento) em 27 de setembro de 2010; (iv) 12,1048% (doze inteiros e mil e qua-

renta e oito décimos de milésimo por cento) em 29 de outubro de 2010; (v) 4,1234% (quatro inteiros e mil duzentos e trinta e quatro décimos de milésimo por cento) em 29 de abril de 2011; (vi) 12,3701% (doze inteiros e três mil, setecentos e um décimos de milésimo por cento) em 30 de junho de 2011; (vii) 17,0020% (dezessete inteiros e vinte décimos de milésimo por cento) em 27 de setembro de 2011; (viii) 12,1048% (doze inteiros e mil e quarenta e oito décimos de milésimo por cento) em 24 de outubro de 2011; e (ix) 4,1455% (quatro inteiros e mil quatrocentos e cinquenta e cinco décimos de milésimo por cento) em 27 de outubro de 2011;

- (b) O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado em 8 (oito) parcelas, da seguinte forma: (i) 5,5556% (cinco inteiros e cinco mil, quinhentos e cinquenta e seis décimos de milésimo por cento) em 30 de abril de 2010; (ii) 16,6667% (dezesseis inteiros e seis mil, seiscentos e sessenta e sete décimos de milésimo por cento) em 30 de junho de 2010; (iii) 24,4444% (vinte e quatro inteiros e quatro mil, quatrocentos e quarenta e quatro décimos de milésimo por cento) em 27 de setembro de 2010; (iv) 3,3333% (três inteiros e trezentos e trinta e três décimos de milésimo por cento) em 29 de outubro de 2010; (v) 5,5556% (cinco inteiros e cinco mil, quinhentos e cinquenta e seis décimos de milésimo por cento) em 29 de abril de 2011; (vi) 16,6667% (dezesseis inteiros e seis mil, seiscentos e sessenta e sete décimos de milésimo por cento) em 30 de junho de 2011; (vii) 24,4444% (vinte e quatro inteiros e quatro mil, quatrocentos e quarenta e quatro décimos de milésimo por cento) em 27 de setembro de 2011; e (viii) 3,3333% (três inteiros e três mil, trezentos e trinta e três décimos de milésimo por cento) em 24 de outubro de 2011;
- (c) O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série será amortizado em 8 (oito) parcelas, da seguinte forma: (i) 5,5208% (cinco inteiros e cinco mil, duzentos e oito décimos de milésimo por cento) em 30 de abril de 2010; (ii) 16,5625% (dezesseis inteiros e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco décimos de milésimo por cento) em 30 de junho de 2010; (iii) 26,2500% (vinte e seis inteiros e dois mil e quinhentos décimos de milésimo por cento) em 27 de setembro de 2010; (iv) 1,6667% (um inteiro e seis mil, seiscentos e sessenta e sete décimos de milésimo por cento) em 29 de outubro de 2010; (v) 5,5208% (cinco inteiros e cinco mil, duzentos e oito décimos de milésimo por cento) em 29 de abril de 2011; (vi) 16,5625% (dezesseis inteiros e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco décimos de milésimo por cento) em 30 de junho de 2011; (vii) 26,2500% (vinte e seis inteiros e dois mil e quinhentos décimos de milésimo por cento) em 27 de setembro de 2011; e (viii) 1,6667% (um inteiro e seis mil, seiscentos e sessenta e sete décimos de milésimo por cento) em 24 de outubro de 2011; e

- (d) O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 4ª Série será amortizado em 2 (duas) parcelas, da seguinte forma: (i) 50,0000% (cinquenta por cento) em 27 de setembro de 2010; e (ii) 50,0000% (cinquenta por cento) em 27 de setembro de 2011.

4.9. Remuneração

4.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

4.9.2. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da respectiva Data de Emissão das Debêntures de cada uma das Séries, equivalentes a 118,0% (cento e dezoito por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Remuneração" e "Taxa DI", respectivamente).

4.9.2.1. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata tempore* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado desde a Data de Emissão das Debêntures de cada uma das Séries ou da última data de pagamento da remuneração, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo.

4.9.2.2. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J - Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VNe - Valor nominal de emissão ou o saldo devedor das Debêntures, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI - produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data do respectivo cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

k – Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n ;

n - Número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro.

p – percentual de 118,0 (cento e dezoito) aplicado sobre a Taxa DI, informado com duas casas decimais.

TDI_k - Taxa DI de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k - Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2.3. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão das Debêntures de cada uma das Séries, inclusive e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração, exclusive e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.2.4. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.9.2.5. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, em caso de extinção da Taxa DI, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic").

4.9.2.6. Na impossibilidade de aplicação da Taxa Selic, conforme referido acima, será convocada pelo Agente Fiduciário Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, a ser realizada dentro do prazo legal e cujo edital de convocação deverá ser encaminhado para publicação em até 2 (dois) dias úteis contados da data que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento que der causa à referida convocação, para os Debenturistas deliberarem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando a maioria simples das Debêntures em Circulação da respectiva Série, a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação da respectiva Série, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata tempore*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último. As Debêntures adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.9.3. A Remuneração será paga da seguinte forma para as Debêntures de cada uma das Séries nas seguintes datas (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"):

- (a) Para as Debêntures da 1ª Série, a Remuneração será devida em (i) 28 de setembro de 2009; (ii) 03 de novembro de 2009; (iii) 30 de abril de 2010; (iv) 30 de junho de 2010; (v) 27 de setembro de 2010; (vi) 29 de outubro de 2010; (vii) 29 de abril de 2011; (viii) 30 de junho de 2011; (ix) 27 de setembro de 2011; (x) 24 de outubro de 2011; e (xi) 27 de outubro de 2011;

- (b) Para as Debêntures da 2ª Série, a Remuneração será devida em (i) 28 de setembro de 2009; (ii) 3 de novembro de 2009; (iii) 30 de abril de 2010; (iv) 30 de junho de 2010; (v) 27 de setembro de 2010; (vi) 29 de outubro de 2010; (vii) 29 de abril de 2011; (viii) 30 de junho de 2011; (ix) 27 de setembro de 2011; e (x) 24 de outubro de 2011;
- (c) Para as Debêntures da 3ª Série, a Remuneração será devida em (i) 28 de setembro de 2009; (ii) 3 de novembro de 2009; (iii) 30 de abril de 2010; (iv) 30 de junho de 2010; (v) 27 de setembro de 2010; (vi) 29 de outubro de 2010; (vii) 29 de abril de 2011; (viii) 30 de junho de 2011; (ix) 27 de setembro de 2011; e (x) 24 de outubro de 2011; e
- (d) Para as Debêntures da 4ª Série, a Remuneração será devida em (i) 28 de setembro de 2009; (ii) 29 de março de 2010; (iii) 27 de setembro de 2010; (iv) 28 de março de 2011; e (v) 27 de setembro de 2011.

4.9.3.1. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.10. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora, pela Garantidora e pelo Agente Fiduciário, e posteriormente arquivados na JUCESP, registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

4.12. Resgate Antecipado

4.12.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures ("Resgate Antecipado"). O Resgate Antecipado será operacionalizado da seguinte forma:

- (i) a Emissora realizará o Resgate Antecipado por meio de comunicação endereçada à totalidade dos Debenturistas ou exclusivamente aos Debenturistas de uma ou mais Séries ("Comunicação de Resgate Antecipado"), que deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo: (a) as séries que serão resgatadas; (b) se o res-

gate será total ou parcial, neste último caso informando o número total de Debêntures a serem resgatadas, observando-se o disposto no parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações; (c) a data para o resgate das Debêntures e o efetivo pagamento aos Debenturistas; e (d) demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas; e

- (ii) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, acrescido da Remuneração devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada nos termos do item 4.9 desta Escritura de Emissão, não sendo devido pela Emissora aos Debenturistas nenhum prêmio em decorrência do Resgate Antecipado ("Preço de Resgate"); e
- (iii) o pagamento do Preço de Resgate deverá ser realizado de acordo com o disposto no item 4.17 abaixo.

4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2 a 4.13.5 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata tempore*, desde a data de emissão da Debênture de cada uma das Séries ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme seja o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (i) pedido por parte da Emissora ou da Garantidora de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ou a Garantidora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou se a Emissora ou a Garantidora formular pedido de autofalência; ou se for verificado estado de insolvência da Emissora ou da Garantidora, a critério dos Debenturistas, sendo que tal decisão deverá ser justificada; ou ainda, em caso de dissolução ou extinção da Emissora ou da Garantidora;
- (ii) não pagamento, pela Emissora ou pela Garantidora, na data em que tal pagamento tornar-se exigível, das obrigações pecuniárias devidas aos titulares de Debêntures,
- (iii) não cumprimento pela Emissora ou pela Garantidora de qualquer obrigação não-

pecuniária, nos termos desta Escritura de Emissão, não sanada em um prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados da data em que tal obrigação tornar-se exigível;

- (iv) alteração no controle acionário direto ou indireto da Emissora ou da Garantidora, exceto se resultante (a) da incorporação da Garantidora pela Cepec Companhia de Estudos Patentes e Empreendimentos de Concreto e, por fim, pela Cime Administração e Participações S.A. ("Incorporação Autorizada");
- (v) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora ou a Garantidora e/ou suas controladas ou coligadas operacionais, que impactem justificadamente e de forma negativa as atividades da Emissora ou da Garantidora, a critério dos Debenturistas, exceto pela Incorporação Autorizada ou caso tal operação de cisão, fusão ou incorporação seja previamente aprovada pelos titulares das Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim (entende-se por controladas ou coligadas operacionais quaisquer empresas controladas ou coligadas pela/da Emissora que prestem serviços de transmissão e/ou geração de energia elétrica);
- (vi) pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre capital próprio, ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, observado o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso ela esteja inadimplente com quaisquer das suas obrigações pecuniárias ou não pecuniárias referentes às Debêntures;
- (vii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora ou da Garantidora e não devidamente elidido pela Emissora no prazo de 10 (dez) dias corridos;
- (viii) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora ou contra a Garantidora, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (ix) vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora ou da Garantidora, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou equivalente em outras moedas;
- (x) vencimento antecipado, independentemente do valor, de quaisquer contratos que a Emissora ou Garantidora tenha firmado com o Banco Itaú BBA S.A., com o Banco Santander (Brasil) S.A., com o Banco Votorantim S.A., com o Banco ABC Brasil S.A. ou

com sociedades pertencentes aos respectivos grupos econômicos;

- (xi) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora ou a Garantidora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo estipulado para o pagamento;
- (xii) falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias pela Emissora ou pela Garantidora cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que não seja regularizada(o) no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos da data do inadimplemento ou descumprimento de tal obrigação pecuniária;
- (xiii) falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias pela Emissora ou pela Garantidora, independentemente do valor, relativos a pagamentos a serem feitos ao Banco Itaú BBA S.A., ao Banco Santander (Brasil) S.A., ao Banco Votorantim S.A., ao Banco ABC Brasil S.A., ou a sociedades pertencentes aos respectivos grupos econômicos;
- (xiv) transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente aprovada pela maioria simples dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim;
- (xv) caso a garantia fidejussória, por qualquer razão, perca a eficácia ou torne-se justificadamente imprópria ou insuficiente para assegurar o pagamento das obrigações assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, exceto se substituída ou complementada nos termos que vierem a ser solicitados pelos titulares das Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim;
- (xvi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xvii) caso a Garantidora não utilize os recursos recebidos em razão do pagamento dos Mútuos para liquidar antecipadamente parcelas, cujos vencimentos estão previstos para 2010 e 2011, das Cédulas de Crédito Bancário descritas no Anexo I à presente Escritura de Emissão ("CCB");

- (xviii) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil");
- (xix) mudança relevante no estado financeiro da Emissora e/ou da Garantidora, que justificadamente afete negativamente a capacidade da Emissora e/ou da Garantidora cumprirem com suas obrigações financeiras, a exclusivo critério dos Debenturistas;
- (xx) não renovação, cancelamento, intervenção, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, essenciais para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora ou pela Garantidora;
- (xxi) realização de redução de capital social da Emissora ou da Garantidora após a Data de Emissão e antes da Data de Vencimento;
- (xxii) mudança ou alteração no objeto social da Emissora ou da Garantidora que modifique as atividades atualmente por ela praticadas, ou que agregue a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas;
- (xxiii) alienação de ativos operacionais da Emissora ou da Garantidora, entre a Data de Emissão e a Data de Vencimento, em valor individual igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou em valor agregado igual ou superior a R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), ou caso sobre eles forem constituídos quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza, incluindo garantias ou penhoras, entendendo-se, para fins deste item, "ativos operacionais" como sendo ativos utilizados pela Emissora ou Garantidora ou por suas respectivas controladas ou coligadas, direta ou indiretamente para prestação de serviço de transmissão e/ou geração de energia elétrica;
- (xxiv) não observância pela Emissora e pela Garantidora dos seguintes índices e limites financeiros, verificados semestralmente pelo Agente Fiduciário, a serem calculados com base nas informações financeiras da Emissora e da Garantidora, ao final de cada semestre, em até 15 (quinze) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:

	2009	2010	2011
Endividamento Bruto com Bancos (valor max. em milhões de	250	200	200

Reais)			
Endividamento Bruto com Bancos / (soma de dividendos recebidos, JCP recebidos e EBITDA) (quociente máximo)	2	2	2
(soma de dividendos recebidos, JCP recebidos e EBITDA) / serviço da dívida com Bancos (quociente mínimo)	1	1,15	1,45
Relação Endividamento Bruto com Bancos / Patrimônio Líquido (quociente máximo da dívida)	70/30	70/30	70/30

Onde:

- a. considera-se como "JCP", juros sobre capital próprio;
- b. considera-se como "Endividamento Bruto com Bancos" qualquer obrigação da Emissora ou da Garantidora contingente ou de qualquer forma exigível em virtude (i) de empréstimos ou financiamentos de qualquer natureza contraídos, seja na forma de antecipação de recursos, conta corrente a descoberto, linhas de crédito ou outros; ou (ii) de notas promissórias (emitidas no Brasil ou no exterior), debêntures ou instrumentos de natureza similar, cartas de crédito (incluindo a obrigação de compra de moeda), ou (iii) de contratos de proteção contra variação das taxas de juros, contrato de câmbio, contratos de proteção contra variações cambiais ou quaisquer outros contratos de natureza similar; (b) qualquer obrigação de terceiros de natureza similar às obrigações descritas acima, com relação às quais a Emissora ou a Garantidora tenham prestado garantia ou que de outra forma venham a tornar-se obrigações legais da Emissora ou Garantidora; e (c) qualquer outra obrigação garantida por ônus ou gravame sobre os bens ou ativos da Emissora ou Garantidora, independentemente das obrigações garantidas terem sido assumidas pela Emissora ou Garantidora; e
- c. considera-se como EBITDA o lucro operacional antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas mais recentes demonstrações financeiras da Emissora e da Garantidora.

4.13.1.2. As referências a "controle" encontradas no item 4.13.1 e em seus subitens acima, deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

4.13.1.3. Os valores mencionados nas alíneas (viii), (ix), (xi), (xii) e (xxiii) do item acima não serão reajustados ou corrigidos anualmente.

4.13.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (i) a (xviii) do item 4.13.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (xix) a (xxiv) do item 4.13.1 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da Assembleia de Debenturistas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não decretação de Vencimento Antecipado das Debêntures. A Assembleia de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo legal.

4.13.3. Na Assembleia de Debenturistas mencionada no item 4.13.2 acima, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas de cada uma das Séries poderão optar, em votação em separado, por deliberação de Debenturistas que representem a maioria simples das Debêntures em Circulação de cada uma das Séries, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. A decisão da Assembleia de Debenturistas de uma das Séries é independente e não vincula as Debêntures das outras Séries.

4.13.3.1 Independente do disposto no item 4.13.3 acima e sem prejuízo do item 10.1 abaixo, a não instalação das referidas Assembleias de Debenturistas por falta de quorum, será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas da respectiva Série em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de que são titulares.

4.13.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação da(s) Série(s) que tiveram seu vencimento antecipado declarado, acrescido da Remuneração calculada *pro rata tempore*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14 abaixo.

4.14. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora devidamente atualizados da Remuneração (conforme definida no item 4.9 acima), ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês.

4.15. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

Sem prejuízo do disposto no item 4.14 supra, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.16. Garantia

4.16.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Garantidora presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura, nos termos descritos a seguir.

4.16.2. A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

4.16.3. O Valor Garantido será pago pela Garantidora no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos titulares das Debêntures a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

4.16.4. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e artigo 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4.16.5. A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto deste item 4.16.4.

4.16.6. A presente fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

4.16.7. A fiança de que trata esta Cláusula foi devidamente aprovada nos termos do Contrato Social da Garantidora.

4.16.8. A presente fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.16.9. A fiança prestada nos termos deste item 4.16 vincula a Garantidora, bem como seus sucessores a qualquer título, inclusive na hipótese de qualquer reorganização societária, cisão, fusão, incorporação, alienação de controle, que ocorra com a Garantidora, devendo esta, ou seus sucessores, a qualquer título, assumir prontamente a fiança prestada nos termos desta Escritura. Nesta hipótese, a presente Escritura de Emissão deverá ser aditada para que constem os dados da sociedade sucessora da Garantidora.

4.17. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pela instituição depositária das Debêntures ou na sede da Companhia, se for o caso.

4.18. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que

somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.19. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser veiculados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação, na mesma data de sua publicação.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis na CVM; (b) cópia das demonstrações financeiras da Guarupart relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (c) relatório contendo memória de cálculo para acompanhamento dos limites e índices financeiros previstos no item 4.13.1 (xxiii) desta Escritura;
- (ii) no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o término de cada semestre do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas informações financeiras consolidadas relativas ao respectivo semestre, caso não estejam disponíveis na CVM; (b) cópia das demonstrações financeiras da Guarupart relativas ao período de seis meses então encerrado; e (c) relatório contendo memória de cálculo para acompanhamento dos limites e índices financeiros previstos no item 4.13.1 (xxiii) desta Escritura, para o trimestre findo em 30 de junho de cada ano;
- (iii) no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada;

- (iv) confirmar, quando solicitado, por meio de declaração firmada pelo Diretor de Relações com Investidores, ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura;
 - (v) cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993 (com exceção daquelas referidas nas alíneas (i) e (ii) acima), com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM, caso não estejam disponíveis na CVM;
 - (vi) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.19 acima;
 - (vii) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no terceiro dia útil após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados; e
 - (viii) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do descumprimento.
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- (c) manter sempre atualizado, às suas expensas, o seu registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos seus acionistas e aos titulares de Debêntures, pelo menos trimestralmente, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 e 289 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares de Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

- (e) atender de forma eficiente às solicitações dos titulares de Debêntures e do Agente Fiduciário;
- (f) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (g) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.13 desta Escritura de Emissão;
- (h) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (i) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (j) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (k) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (l) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes;
- (m) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (n) cumprir, todas as leis, regras, regulamentos, inclusive ambiental, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e

Federais e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

- (o) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (p) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND;
- (q) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (r) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (s) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (t) observar os limites de emissão prescritos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (u) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas, e com as regras emitidas pela CVM;
- (v) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente aos Coordenadores;
- (w) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;

- (x) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (y) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (z) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e
- (aa) manter os documentos mencionados na alínea (x) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1 (r) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas a Companhia e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles atribuídos pela Emissora aos seus próprios colaboradores, para suas viagens e hospedagem;
- (d) despesas com especialistas, tais como auditoria nas Garantias e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures de-

verão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos de Valores Mobiliários S.A., que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28");

- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
- (j) verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (k) verificou, na forma prevista no inciso IX do Art. 12 da Instrução CVM 28, a regularidade da constituição da fiança descrita no item 4.16, bem como sua suficiência e exequibilidade, exclusivamente com base nas Demonstrações Financeiras da Garantidora para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, as quais não foram objeto de auditoria, revisão especial ou limitada, por auditores independentes devidamente cadastrados na CVM, observando-se, portanto, que a veracidade, consistência e completude de tais informações financeiras são de exclusiva responsabilidade da Garantidora e da Emissora.

6.2.1. Em relação à declaração constante do item 6.2 (k), o Agente Fiduciário fica desde já eximido de qualquer responsabilidade caso se verifique que as Demonstrações Financeiras da Garantidora não refletem materialmente sua situação financeira e, como resultado, seja também verificada a insuficiência da fiança.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) parcelas anuais de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), sendo devida a primeira na data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes;
- (b) no caso de inadimplemento no pagamento das debêntures ou de reestruturação

prévia das condições das Debêntures, serão devidas, adicionalmente, o valor de R\$ 400,00 por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (ii-i) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias corridos após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora;

- (c) as parcelas citadas na alínea "a" e "b" supra, serão reajustadas pela variação acumulada IGP-M a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, ou, na falta deste, ou impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão até as datas de pagamento, calculado pro rata temporis, se necessário.
- (d) os honorários acima serão acrescidos dos impostos a ele incidentes nas alíquotas vigentes em cada data de pagamento, tais como: (i) ISS (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), (ii) PIS (Contribuição do Programa de Integração Social), (iii) COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social); e (iv) CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido); e (v) IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte).
- (e) a remuneração prevista na alínea "a" será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, bem como nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 20 (vinte) dias corridos da data de solicitação;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b. alterações estatutárias ocorridas no período;

- c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - f. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - g. pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - h. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
 - i. relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a. na sede da Emissora;
 - b. na sede do Agente Fiduciário;
 - c. na CVM;
 - d. na CETIP; e
 - e. na sede dos Coordenadores.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;

- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os titulares de Debêntures, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.19 acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (q) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e
- (s) calcular semestralmente a manutenção dos índices financeiros previstos no item 4.13.1 (xxiii) acima e informar imediatamente os titulares de Debêntures de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e

(d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.13 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar nos termos do disposto no item 4.13 acima. Na hipótese da alínea (d), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra à efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata tempore*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.11.

6.7.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.19 acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. Observado que, para deliberações que digam respeito exclusivamente a Debêntures de uma Série específica, inclusive seu vencimento antecipado, nos termos do item 4.13.3, os quoruns de instalação e deliberação deverão considerar apenas as Debêntures em Circulação da respectiva Série.

7.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circu-

lação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuge. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

7.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

7.10. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes à Assembleia Geral de Debenturistas.

7.11. As alterações relativas às características das Debêntures de uma Série específica, conforme venham a ser propostas pela Emissora, como por exemplo, (i) a Remuneração das Debêntures, (ii) a data de pagamento da Remuneração, (iii) o prazo de vencimento das Debêntures, (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) a substituição ou o reforço da Garantia; ou (vi) as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 4.13 acima, deverão ser votadas em separado pelos Debenturistas da respectiva Série, observado que tais alterações dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva Série.

7.12. As deliberações que digam respeito aos Debenturistas de todas as Séries, como por exemplo: (i) substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário ou do Agente Escriturador; (ii) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Quinta; (iii) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sexta; ou (iv) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula Sétima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, considerando as Debêntures de todas as Séries.

7.13. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não tiver quorum específico, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem a maioria simples das Debêntures em Circulação.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, assim como as informações financeiras referentes aos períodos encerrados em 31 de março de 2008 e 2009 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (h) as Demonstrações Financeiras da Garantidora, datadas de 31 de dezembro de 2008, as quais não foram objeto de auditoria, revisão especial ou limitada, por auditores independentes devidamente cadastrados na CVM, representam corretamente a posição financeira da Garantidora naquela data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Garantidora, responsabilizando-se a Emissora, solidariamente com a Garantidora, pela veracidade, consistência e completude de tais informações;
- (i) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.4 desta Escritura de Emissão;
- (j) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntu-

res foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé.

- (k) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- (l) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

8.2. A Garantidora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade limitada devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;
- (b) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigação legalmente válida, vinculante e exigível da Garantidora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (c) a celebração da presente Escritura e a outorga da Fiança foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (i) seu Contrato Social; ou (ii) qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;
- (d) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Garantidora de suas obrigações nos termos da presente Escritura e da Fiança, ou para a realização da Emissão exceto pelo registro da Escritura na JUCESP e nos Cartório de Registro de Títulos e Documentos Competentes e o registro das Debêntures junto ao SDT e ao SND, as quais estarão em pleno vigor e efeito em na data de liquidação;
- (e) a celebração da presente Escritura e a outorga da Fiança, não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais a Garantidora seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem da

Garantidora, exceto por aqueles já existentes na presente data, (iii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;

- (f) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo Garantidora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da Fiança;
- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) as Demonstrações Financeiras da Garantidora, datadas de 31 de dezembro de 2008, as quais não foram objeto de auditoria, revisão especial ou limitada, por auditores independentes devidamente cadastrados na CVM, representam corretamente a posição financeira da Garantidora naquela data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Garantidora, responsabilizando-se a Garantidora, solidariamente com a Emissora, pela veracidade, consistência e completude de tais informações;
- (i) não omitiram, ou omitirão, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Garantidora em prejuízo dos Debenturistas;
- (j) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à outorga da Fiança; e
- (k) utilizará os recursos recebidos pelo pagamento dos Mútuos na liquidação parcial das CCB nos termos do item 3.4.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.

Avenida Dr. Cardoso de Melo n.º 1.855, Bloco 1, 9º andar
São Paulo – SP

At.: José Luiz de Godoy Pereira

Telefone: (11) 2184-9690

Fac-símile: (11) 2184-9689

Correio Eletrônico: jluiz@alupar.com.br

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, 500, bloco 13, grupo 205 – Condomínio Downtown, Barra da Tijuca
Rio de Janeiro - RJ

At.: Gustavo Dezouart

Telefone: (21) 3514-0000

Fac-símile: (21) 3514-0099

Correio Eletrônico: gustavo@oliveiratrust.com.br

Para a Garantidora:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Endereço: Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, Bloco I, 4º andar, conjunto 52, Vila Olímpia,
São Paulo – SP, CEP 04548-005

At.: Sr. José Luiz de Godoy Pereira

Telefone: (11) 2184-9687

Fac-símile: (11) 2184-9689

Correio Eletrônico: jluiz@alupar.com.br

Para o Banco Mandatário:

Banco Itaú S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707 – 9º andar - Jabaquara
São Paulo - SP

At.: Claudio Vieira Ribeiro

Telefone: (11) 5029-1908

Fac-símile: (11) 5029-1917

Correio Eletrônico: claudio.vieira@itau-unibanco.com.br

Para o Agente Escriturador:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707 – 9º andar - Jabaquara
São Paulo - SP

At.: Claudio Vieira Ribeiro
Telefone: (11) 5029-1908
Fac-símile: (11) 5029-1917
Correio Eletrônico: claudio.vieira@itau-unibanco.com.br

9.2. As comunicações referentes à esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

Cláusula Onze – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 14 de agosto de 2009.

ALUPAR INVESTIMENTO S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

E, na qualidade de interveniente garantidor,

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

Cargo:

Nome:

CPF:

ANEXO I

Cédula de Crédito Bancário N.º	Emissor	Banco	Valor do Principal	Valor Amortizado (até 11/08/2009)	Saldo Remanescente de Principal (em 11/08/2009)	Encargos	Data de Emissão	Data de Vencimento
100107030001100	GUARUPART PARTICIPACOES LTDA	Banco Itaú BBA S.A.	21.500.000	5.375.000	16.125.000	118% CDI	27/03/2007	27/09/2011
100107050001900	GUARUPART PARTICIPACOES LTDA	Banco Itaú BBA S.A.	2.000.000	500.000	1.500.000	118% CDI	18/05/2007	24/10/2011
100107080000900	GUARUPART PARTICIPACOES LTDA	Banco Itaú BBA S.A.	10.000.000	2.500.000	7.500.000	118% CDI	23/08/2007	27/09/2011
100307050000800	COMPANHIA TECNICA DE ENGENHARIA ELETRICA	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	26.500.000	13.250.000	13.250.000	118% CDI	14/05/2007	30/06/2011
100308070001601 / 322407	COMPANHIA TECNICA DE ENGENHARIA ELETRICA	Banco ABN Amro Real S.A.	5.000.000	1.250.000	3.750.000	118% CDI	27/03/2007	27/09/2011
100308070001701 / 322507	COMPANHIA TECNICA DE ENGENHARIA ELETRICA	Banco ABN Amro Real S.A.	5.000.000	1.250.000	3.750.000	118% CDI	27/03/2007	27/09/2011
100308070001501 / 322107	COMPANHIA TECNICA DE ENGENHARIA ELETRICA	Banco ABN Amro Real S.A.	5.000.000	1.250.000	3.750.000	118% CDI	27/03/2007	27/09/2011
100308070001801 / 321907	COMPANHIA TECNICA DE ENGENHARIA ELETRICA	Banco ABN Amro Real S.A.	5.000.000	1.250.000	3.750.000	118% CDI	27/03/2007	27/09/2011
100308070001901 / 322207	COMPANHIA TECNICA DE ENGENHARIA ELETRICA	Banco ABN Amro Real S.A.	5.000.000	1.250.000	3.750.000	118% CDI	27/03/2007	27/09/2011
100308070002001 / 322307	COMPANHIA TECNICA DE ENGENHARIA ELETRICA	Banco ABN Amro Real S.A.	5.000.000	1.250.000	3.750.000	118% CDI	27/03/2007	27/09/2011
1434809044	GUARUPART PARTICIPACOES LTDA	Banco Itaú BBA S.A.	33.184.392	16.592.196	16.592.196	118% CDI	14/05/2007	30/06/2011
1435237344	GUARUPART PARTICIPACOES LTDA	Banco Itaú BBA S.A.	41.800.000	10.450.000	31.350.000	118% CDI	18/05/2007	24/10/2011
1446944144	GUARUPART PARTICIPACOES LTDA	Banco Itaú BBA S.A.	15.000.000	3.750.000	11.250.000	118% CDI	23/08/2007	27/10/2011
689506	COMPANHIA TECNICA DE ENGENHARIA ELETRICA	Banco ABN Amro Real S.A.	20.000.000	5.000.000	15.000.000	118% CDI	26/12/2006	03/12/2010
322007	COMPANHIA TECNICA DE ENGENHARIA ELETRICA	Banco ABN Amro Real S.A.	2.000.000	500.000	1.500.000	118% CDI	27/03/2007	27/09/2011

376907	COMPANHIA TECNICA DE ENGENHARIA ELETRICA	Banco ABN Amro Real S.A.	3.000.000	750.000	2.250.000	118% CDI	18/05/2007	24/10/2011
377207	COMPANHIA TECNICA DE ENGENHARIA ELETRICA	Banco ABN Amro Real S.A.	20.000.000	10.000.000	10.000.000	118% CDI	18/05/2007	30/06/2011
10045563	COMPANHIA TECNICA DE ENGENHARIA ELETRICA	Banco Votorantim S.A.	6.500.000	1.625.000	4.875.000	118% CDI	27/03/2007	27/09/2011
10048113	COMPANHIA TECNICA DE ENGENHARIA ELETRICA	Banco Votorantim S.A.	2.000.000	500.000	1.500.000	118% CDI	18/05/2007	24/10/2011
10052933	COMPANHIA TECNICA DE ENGENHARIA ELETRICA	Banco Votorantim S.A.	10.000.000	2.500.000	7.500.000	118% CDI	23/08/2007	27/09/2011
10048177	COMPANHIA TECNICA DE ENGENHARIA ELETRICA	Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A..	26.500.000	13.250.000	13.250.000	118% CDI	18/05/2007	30/06/2011
10045564	COMPANHIA TECNICA DE ENGENHARIA ELETRICA	Banco Votorantim S.A.	5.000.000	1.250.000	3.750.000	118% CDI	27/03/2007	27/09/2011
10045565	COMPANHIA TECNICA DE ENGENHARIA ELETRICA	Banco Votorantim S.A.	5.000.000	1.250.000	3.750.000	118% CDI	27/03/2007	27/09/2011
10045566	COMPANHIA TECNICA DE ENGENHARIA ELETRICA	Banco Votorantim S.A.	5.000.000	1.250.000	3.750.000	118% CDI	27/03/2007	27/09/2011
27092808	COMPANHIA TÉCNICA DE ENGENHARIA ELÉTRICA	Banco ABC Brasil S.A.	15.000.000	3.750.000	11.250.000	118% CDI	28/09/2007	27/09/2011